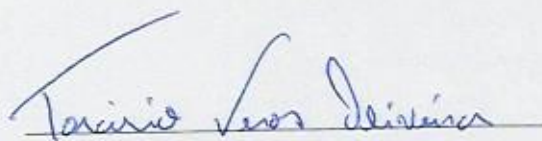


DECLARAÇÃO DIRIGENTES NÃO FAZEM PARTE DO PODER PÚBLICO

Eu, **TARCISIO VERAS OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, Engenheiro Civil, portador da carteira de identidade nº 7618801 PC/PA, inscrito (a) no CPF sob o nº 045.402.702-81 na qualidade de representante legal do **Instituto Social Pedreiro Solidário**, sediado na Rua F11, SN, Quadra 110, Lote 03, Bairro Cidade Jardim, CEP: 68.515-000, Parauapebas- PA, inscrita no CNPJ sob o nº 52.731.124/0001-40, declaro que nenhum dos seus dirigentes é Membro de Poder ou do Ministério Público, Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, autarquia ou Dirigente de órgão ou Entidade da Administração Pública do Estado do Pará, ou respectivo ou seu cônjuge, companheira ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; a presente declaração é feita sob as penas da Lei, assumindo o declarante toda e qualquer responsabilidade, seja na esfera penal, civil ou administrativa, em caso de sua falsidade.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Parauapebas/PA, 18 de novembro de 2024.



TARCISIO VERAS OLIVEIRA

DECLARAÇÃO NÃO CONTRATAÇÃO SERVIDORES PÚBLICOS

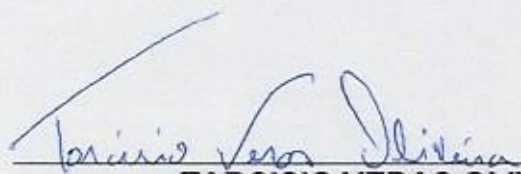
Eu, **TARCISIO VERAS OLIVEIRA**, portador (a) da carteira de identidade n.º 7618801 PC/PA, inscrito (a) no CPF sob o n.º 045.402.702-81, na qualidade de representante legal do **Instituto Social Pedreiro**, sediado na Rua F11, SN, Quadra 110, Lote 03, Bairro Cidade Jardim, CEP: 68.515-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 52.731.124/0001-40, declaro que não serão contratados/remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:

- a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou de entidade da Administração Pública Estadual;
- b) servidor Público, (servidor Municipal: legislativo ou executivo) ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública estadual celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e
- c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a Administração Pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou de ocultação de bens, direito e valores.

A presente declaração é feita sob as penas da Lei, assumindo a declarante toda e qualquer responsabilidade, seja na esfera penal, civil ou administrativa, em caso de sua falsidade.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Parauapebas, 18 de novembro de 2024.



TARCISIO VERAS OLIVEIRA
(Presidente)